



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



**GABINETE DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE
2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Projeto de Lei n. 326/2020, de autoria do Executivo Municipal, que “AUTORIZA a suspensão temporária do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais devidas ao Regime Próprio de Previdência Social, conforme o disposto no art. 9º, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.”.

PARECER

Trata-se de propositura, de autoria do Executivo Municipal, que “AUTORIZA a suspensão temporária do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais devidas ao Regime Próprio de Previdência Social, conforme o disposto no art. 9º, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.”.

Objetivando dar cumprimento às disposições do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 173/2020, norma federal expedida com o escopo de implementar medidas de natureza orçamentária e financeira para auxiliar Estados e Municípios no enfrentamento da atual crise econômica, reflexo da pandemia da COVID-19.

A propositura foi encaminhada à Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Manaus, que apresentou parecer favorável ao prosseguimento da matéria.

A Lei Orgânica do Município de Manaus determina em seu art. 8º, inciso I, a competência do Município de legislar sobre assuntos de interesse local, senão vejamos:

Art. 8º. Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Ademais, a LOMAN coloca em seu art. 80 que é competência do prefeito iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos na LOMAM, e o art. 59 diz que é competência privativa do Prefeito a criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do Município, vejamos:

Art. 80. É da competência do Prefeito:





CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



III- iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei;

Art. 59. Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

...

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do Município.

É possível ainda verificar que a Lei Complementar Federal nº 173/2020, em seu art. 9º, §2º, dá legitimidade ao Projeto de Lei em tela, senão vejamos:

Art. 9º Ficam suspensos, na forma do regulamento, os pagamentos dos refinanciamentos de dívidas dos Municípios com a Previdência Social com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.

§ 2º A suspensão de que trata este artigo se estende ao recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios, desde que autorizada por lei municipal específica.

Por conseguinte, fica claro a legalidade, constitucionalidade e legitimidade do referido Projeto de Lei, visto que compete ao Prefeito a iniciativa do mesmo.

Portanto não havendo nenhum óbice à tramitação de tal propositura, somos **FAVORÁVEIS** à sua aprovação.

Manaus, 27 de outubro de 2020.

MARCEL ALEXANDRE
Vereador





CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

ASSINATURAS DIGITAIS

GILVANDRO MOTA DA SILVA - VEREADOR - 200.568.772-34 EM 27/10/2020 15:39:36
ROBERTO SABINO RODRIGUES - VEREADOR - 099.682.102-34 EM 27/10/2020 14:37:17
DANÍZIO ELIAS SOUZA - VEREADOR - 335.262.302-34 EM 27/10/2020 14:36:58
MARCEL ALEXANDRE DA SILVA - VEREADOR - 262.011.005-04 EM 27/10/2020 13:15:06



**DIRETORIA LEGISLATIVA
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES**

Na reunião virtual do dia 27/10/2020 foi aprovado o parecer por totalidade dos presentes

